

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMPUS FELIZ

TAÍS BIRCK

**SURDEZ E PRECONCEITO:**

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE SURDA EM *CRÔNICAS DA  
SURDEZ*, DE PAULA PFEIFER

FELIZ

2023

TAÍS BIRCK

**SURDEZ E PRECONCEITO:**

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE SURDA EM *CRÔNICAS DA SURDEZ*, DE PAULA PFEIFER

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Monica Chagas da Costa

FELIZ

2023

TAÍS BIRCK

**SURDEZ E PRECONCEITO:**

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE SURDA EM *CRÔNICAS DA SURDEZ*, DE PAULA PFEIFER

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Me. Carlos Diego Cardoso Ferreira

---

Prof. Dr. Tiago Martins de Moraes

Conceito:

Feliz, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo perceber a presença de preconceito em relação ao sujeito Surdo durante sua inserção no meio social. Para tanto, foi necessário trilhar um caminho de pesquisa que trouxesse alguém que, de fato, tivesse vivido essa experiência. A vivência do preconceito em relação à surdez é encontrada nos retratos realizados pelo livro de Paula Pfeifer, *Crônicas da Surdez*, publicado em 2013. No primeiro capítulo, são abordadas as concepções de cada tema em questão e o que se pretende ao analisar a obra referida. Na segunda parte, apresenta-se a crônica como gênero literário, pois foi o gênero escolhido pela autora para trazer sua biografia e relatar suas experiências. Por isso, buscou-se compreendê-lo melhor, como funciona sua estrutura e suas características, para assim entender o porquê a autora fez essa escolha. Logo mais, fez-se a apresentação do livro de Paula Pfeifer, que é a autora, um pouco sobre sua vida e do porquê ela foi escolhida para representar a temática. Por último, realiza-se uma análise das crônicas em questão, na qual constam as relações que elas apresentam com a pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crônica; Preconceito; Paula Pfeifer; *Crônicas da Surdez*.

## ABSTRACT

The present work aims to perceive the presence of prejudice in relation to the deaf subjects during their insertion in the social environment. Therefore, it was necessary to carry out research and readings that would bring someone who had actually lived this experience. The experience of prejudice in relation to deafness is found in the portraits made by Paula Pfeifer's book, *Crônicas da Surdez*, published in 2013. In the first chapter, the conceptions of each theme and what is intended when analyzing the work are addressed. In the second part, the *crônica* is presented as a literary genre, as it was the genre chosen by the author to bring her biography and report her experiences. Therefore, we sought to understand it better, how its structure and characteristics work, in order to understand why the author made this choice. Thenceforth, the book by Paula Pfeifer was presented, who the author is, a little about her life and why she was chosen to represent the theme. Finally, an analysis of the *crônicas* is developed, in which the relationships they present with the research are set out.

**KEYWORDS:** *Crônica*; Prejudice; Paula Pfeiffer; *Crônicas da Surdez*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO I: TEORIA</b> .....	9
Sujeito Surdo .....	9
Comunidade Surda.....	9
Preconceito.....	15
<b>CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DO LIVRO</b> .....	19
Apresentação do livro <i>Crônicas da Surdez</i> .....	19
Gênero crônica.....	22
<b>CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS CRÔNICAS</b> .....	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa e análise sobre a inclusão do sujeito surdo na sociedade, tendo como propósito conhecer a realidade de vida e suas vivências com a descoberta dessa deficiência, por meio de uma nova realidade. Além disso, tem como objetivo fazer o leitor refletir sobre a forma como lida com a cultura surda e repensar suas atitudes que, muitas vezes, por mais que pareçam ser amigáveis, acabam por excluir ou reprimir as pessoas com surdez.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, delimitaram-se alguns métodos: precisei pesquisar a história dos surdos através de outros trabalhos que traziam esses aspectos e busquei realizar a leitura do livro *Crônicas da Surdez*, que traz vários relatos de Paula Pfeifer, autora que faz parte da comunidade surda. Pensei nisso pois torna-se indispensável para refletir sobre a importância da surdez; não incorrendo no erro de não se pensar na comunidade surda que, após muita contribuição, deve obter reconhecimento. Além disso, acompanhei, por meio da leitura, a trajetória da Paula (pessoa com surdez), e pude observar como ocorreu todo o processo, desde a descoberta de Pfeifer sobre a sua surdez até a confirmação sobre os fatos de o sujeito Surdo ter sido, muitas vezes, percebido como alguém doente ou inválido.

Esse processo me levou a pensar na maneira como é formada essa comunidade surda, que também será abordada posteriormente no trabalho. O último capítulo levará à averiguação de como ocorreu o processo de inserção de Paula como surda e a definição de preconceito. Foca-se em mostrar a marginalização e grande rejeição do sujeito Surdo pela sociedade tradicional.

O elemento principal para a escolha desta temática foi uma experiência pessoal que vivenciei durante minha trajetória profissional como professora de Língua Portuguesa. Durante a docência, acompanhava alunos dentro da escola regular que apresentavam deficiência auditiva. Observei que, mesmo nos tempos atuais, com o progresso dos recursos de inclusão, ainda prevalecia certa concepção de que o sujeito Surdo era incapaz de se integrar plenamente ao meio e de se desenvolver de forma equivalente ao sujeito ouvinte no mercado de trabalho, na convivência social e escolar. Além de algumas experiências minhas, tais fatos isolados fizeram-me pensar e discutir mais sobre isso. Foi notório reconhecer e perceber que a sociedade, de um modo geral, desconhece muitas das características sobre a surdez. Pensando em todo esse contexto, devido à minha falta de compreensão (já que faço parte da comunidade ouvinte), optei por realizar a pesquisa sobre o livro *Crônicas da Surdez*,

de Paula Pfeifer. Foi possível abordar essa problematização, de modo a observar e trazer de forma mais abrangente a hipótese de preconceito a partir das referências.

Contudo, o livro de Paula Pfeiffer trouxe algo inesperado, um possível preconceito entre o sujeito Surdo falante (que usa aparelhos auditivos/cocleares, como no caso da autora do livro) e o sujeito Surdo que utiliza a Língua de Sinais para se comunicar. Assim, o livro despertou uma curiosidade maior em relação a essa nova problematização, e fiquei me questionando: como a autora lida com o fato de ser surda e não utilizar a Língua Brasileira de Sinais?

Este problema de pesquisa mudou um pouco a minha perspectiva, pois, até então, no contexto deste trabalho, esperava-se um preconceito da comunidade ouvinte em relação aos surdos. Essa nova questão, a saber, o fato de que a própria comunidade surda poderia ter preconceito com relação a como cada Surdo lida com a surdez (usando ou não a LIBRAS) mudou um pouco a atual discussão. O trabalho traz essa nova perspectiva mais adiante, mas, para entendermos um pouco melhor a forma como os surdos se identificam na sociedade, o que é a comunidade surda e a forma como muitos estudiosos e como a autora deste trabalho entendem o preconceito, o primeiro capítulo aborda esses conceitos. Logo mais, é apresentada a autora do livro *Crônicas da Surdez*, Paula Pfeifer, e, por último, são tratadas as análises voltadas para a leitura que se relacionam com os outros conceitos abordados.

A maior parte do livro de Paula discute as muitas dificuldades apresentadas pelos surdos, desde a infância até a fase adulta. De modo geral, a autora trata do modelo clínico (PFEIFER, 2013) e defende este modelo, adotado por ela. Isso preocupa o leitor, pois, historicamente, existiam muitas barreiras que prejudicavam ainda mais a valorização do sujeito Surdo dentro da sua capacidade de desenvolver sua identidade e sua formação como sujeito cultural. A hipótese de ela estar incentivando um modelo que não deixa de ser de “reabilitação” fez com que eu quisesse me aprofundar ainda mais nessa pesquisa. Recordou-se Lopes (2007), que afirma que havia modelos de ser Surdo, que serviam como balizas para que ações de normalização fossem investidas pela própria comunidade surda, quando essas estabeleciam um “tipo normal” de ser Surdo a ser seguido. Esse ponto leva a uma problematização: será que a autora do livro sabe lidar com o fato de ser surda e de não saber falar LIBRAS? Em vários momentos, ela aborda esse ponto, de ser “contra” um modelo socioantropológico, no qual seria a comunicação por LIBRAS um exemplo.

Acredita-se que é preciso tomar cuidado quanto à forma de se expor certa idealização, como a de Paula Pfeiffer, que sustenta a ideia de o modelo clínico ser o mais adequado, pois,

como afirma Perlin (2003, p. 79), “o povo Surdo foi narrado através da representação da invalidez”. Lidar com esse estigma que, muitas vezes, ainda se encontra na sociedade é bem difícil. A LIBRAS trouxe um novo olhar a esse sujeito, que até então era privado de seu direito, e é preciso reconhecer a riqueza e importância dessa língua. Através dessa forma de comunicação, o sujeito Surdo passou a ganhar seu espaço e a fazer parte de uma cultura que cria oportunidades de ele ser inserido por meio de representações e símbolos. Contudo, enquanto nem todos os modelos são acessíveis ao sujeito surdo, a LIBRAS ainda é a forma de comunicação mais acessível. Será que em *Crônicas da Surdez* a autora traria uma proposta que não vai de encontro à realidade socioeconômica da maioria? O presente trabalho visa analisar as propostas da autora, além de questionar sobre o público ao qual a obra é destinada.

A busca incessante por trazer o sujeito Surdo para mais próximo da sociedade não surda e também por aproximar a sociedade da cultura surda, por mais distante que isso pareça, mobiliza a realização desta pesquisa. O propósito é de:

(...) conectar tais análises com lutas políticas de reconhecimento da surdez como criadora de uma cultura e não como uma marca de deficiência, frente ao mundo ouvinte normalizador. Rejeitando uma visão clínica da surdez, vários desses trabalhos estão estreitamente vinculados a ações e posturas políticas dos grupos Surdos, em defesa do direito ao seu reconhecimento cultural. Se esta foi a tendência dominante nos primeiros trabalhos ligados ao tema, avultam nos últimos anos os estudos que se debruçam sobre um espectro mais aberto da Cultura Surda. (WORTMANN; COSTA; SILVEIRA, 2015, p. 41)

O presente trabalho, ao passo que não tem como intuito extinguir os preconceitos existentes (tarefa hercúlea ainda a ser cumprida pela sociedade), procura apontar como o sujeito Surdo vem sendo tratado como “anormal” há muito tempo. Preocupa-se com tal estigma e procura-se, por meio deste trabalho, contribuir através de reflexões, pesquisas e hipóteses sobre as particularidades da surdez e favorecer as condições humanas da comunidade surda dentro de uma sociedade que, ainda hoje, exclui o sujeito devido às suas diferenças.

## **1 EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO: DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR ÀS CONDUTAS INCLUSIVAS**

Este capítulo tem como objetivo abordar de forma teórica o sujeito surdo a partir de uma perspectiva histórica e cultural: suas lutas, conquistas e desafios diários (principalmente no que se refere à educação, preconceito e inclusão escolar), tomando como base as leituras de autores especializados na área. Para ter acesso a tais fundamentos, são referenciados autores como Santos (2019), Fernandes (2011), Honora (2014), Tönnies (1973), entre outros.

### **1.1 A identidade e cultura do sujeito Surdo**

Reconheço que desvendar as diferenças e compreender as particularidades da surdez não vem a ser uma iniciativa simples, pois, diferentemente do que muitos pensam, cada sujeito Surdo possui a sua própria identidade e a sua própria especificidade (assim como quem faz parte da comunidade ouvinte). Góes (2000) trata sobre essa necessidade do indivíduo de significar-se como pertencente a uma comunidade e falante de uma língua (que seria a LIBRAS), sendo essa a forma pela qual marca a sua identidade e suas características, tendo suas próprias regras, bem como qualquer outra língua. Se faz necessário incluir o sujeito Surdo e perceber que ele faz parte de uma cultura diferenciada da do ouvinte. Por diferenciada, não seria incapacitada, mas, sim, com uma competência superior no gesto-visual, pois sua experiência social é precisamente visual (SKLIAR, 1997; SÁNCHEZ, 2002). Por isso, se faz tão necessária a compreensão da forma como se dá e se forma essa identidade para ter consciência da realidade existente, percebendo a especificidade do sujeito Surdo e o processo pelo qual ele passa.

Ao se falar de sujeito Surdo, é fundamental que se traga o percentual populacional composto por quem apresenta surdez. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), no Brasil, existem cerca de 10 milhões de pessoas com surdez; ou seja, isso corresponde a grande parte da população nacional (sem mencionar os que apresentam algum grau de surdez).

A Organização Mundial de Saúde (2003, p.21) define que a surdez trata-se de uma deficiência e por essa o documento esclarece que são "problemas nas funções ou nas estruturas do corpo como um desvio importante ou uma perda". Contudo, sabe-se que isso não impede que o sujeito desenvolva-se e tenha uma vida regular, tendo consciência dessa implicação em sua vida. Logo, se faz necessário conhecermos um pouco sobre as questões históricas e sociais das quais o sujeito Surdo foi marcado ao longo da história para compreendê-lo melhor, suas lutas pelas políticas inclusivas e sua cultura própria pois, assim

como ressalta Reis (2006), essa é uma comunidade que também busca por reconhecimento e princípios. Em suma, o autor afirma que buscar por uma identidade é:

uma estratégia de poder, de identidade. O que constitui este povo? As associações, organizações locais, nacionais e mundiais de Surdos, as lutas, a cultura, as políticas. É uma representação simbólica não como uma simples comunidade a quem podem impor regras, mas como uma estrutura forte que se defende, impõe suas próprias regras, seus próprios princípios. (REIS, 2006, p. 19).

Em meio a isso, é preciso analisar, primeiramente, de forma mais crítica, a parte da sociedade que, por séculos, compartilha de conceitos errôneos sobre a surdez, que favorece a estigmatização e a discriminação por estereotipificação da pessoa surda como sendo incapaz de frequentar as redes regulares de ensino e de se fazer parte (por meio da inclusão) da sociedade. Pfeifer (2011) pressupõe, em seu blog, que “as mentiras sobre Surdos e sobre surdez parecem ter vida própria. Elas são a prova de como as *fake news* grudam na cabeça das pessoas e atravessam décadas sem serem questionadas.” Muito se vê sobre o quanto o preconceito era enraizado em outra época, por volta de 1700, já que Sacks (2005) traz sobre como o sujeito Surdo era mutilado e excluído da sociedade:

A situação da pessoa com surdez pré-linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade, incapazes de desenvolver a fala, e, portanto “mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade um pouco mais do que imbecis... (SACKS, 2005, p. 27).

Por essa razão, precisaram-se aplicar os direitos humanos, tanto no Brasil como no mundo todo, em virtude de atitudes irresponsáveis que refletem o nível de moralidade da sociedade. Isso era ainda pior na Europa, onde as atrocidades foram maiores, segundo dados que foram relatados no livro de Nascimento (2006), sobre os quais Berthier resumidamente relata:

(...) as conhecidas atrocidades realizadas contra os Surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: "A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (BERTHIER apud NASCIMENTO, 1984, p. 165).

A pessoa com surdez não teve a sua devida valorização, e isso mostra o quão grande foi a ignorância dos ouvintes no que diz respeito à surdez. O sujeito foi percebido pela sociedade como alguém que não tem condições de desenvolver a sua autonomia; como alguém desprovido de capacidade mental e intelectual. Obviamente, ele não consegue interagir do

mesmo modo com as pessoas ao seu redor, até porque a linguagem que prevalece no nosso meio é a verbal, ou seja, da comunicação dialogada, de maneira oralizada. Isso não deveria ser motivo para impedir o progresso do sujeito ou até mesmo uma forma de se prevalecer em relação aos Surdos, até porque nem toda pessoa surda é muda e deveria ter mais formas de poder praticar a sua comunicação (de forma gestual, pela LIBRAS). Este paradigma vem acompanhando há anos a cultura surda, pois muitos ouvintes acreditam ainda nesse mito.

Sem dúvidas, isso ocorre porque muitos não desenvolveram a fala por não conseguirem ouvir e compreender. O fato de não termos a Língua de Sinais como popular causa sérios prejuízos no desenvolvimento cognitivo de quem apresenta surdez; contudo, é diferente de ele apresentar problemas cognitivos, pois qualquer sujeito que for privado de sua comunicação (seja Surdo ou não); se não desenvolvê-la, terá prejuízos mentais.

Os surdos que falam são identificados como surdos oralizados, que, de acordo com Pfeiffer (2022) discorre sobre o fato de serem indivíduos com algum grau de surdez que leem lábios, que falam (ou seja, se comunicam oralmente), que dominam o português escrito (e até outras línguas) e que usam (ou não) próteses auditivas para voltar a ouvir. Apesar disso, as línguas de sinais são as línguas naturais para as pessoas surdas, que, como afirma Santos (2019, p.23), “a aquisição de uma língua, em geral, acontece de forma natural e inconsciente, pela interação [...]”. Isto é, a linguagem que acontece naturalmente pelo ser humano, e que é quando o ser humano apresenta certa facilidade em determinada língua, pelo fato de ser a língua predominante em seu meio social. Por língua natural, segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 30), compreende-se:

[...] uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza em um sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários.

Portanto, a LIBRAS pode parecer simples, mas trata-se de uma língua muito complicada, como afirma Quadros e Karnopp (2004), e é importante que ela se torne natural ao sujeito desde o seu nascimento, para que, assim, ele já possa ir se familiarizando com ela. Não são apenas gestos, nem mesmo é outra versão de uma linguagem oral qualquer. Trata-se de um sistema complexo, com regras próprias (cada país, ou comunidade de surdos apresenta sua própria língua de sinais). No Brasil, por exemplo, usa-se a Língua Brasileira de Sinais:

A LIBRAS é a sigla utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de Surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos pois muitas vezes os Surdos que vivem em

localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhece-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito as situações e as vivências cotidianas. Há, também, alguns Surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros Surdos que utilizam a opção tecnológica da escola em que foi educado entre outros aspectos. (FERNANDES, 2011, p. 82)

Para atingir tais potencialidades, o Surdo geralmente estimula mais o sentido visual. Pude observar que alguns alunos com os quais tive contato apresentavam cansaço nos olhos (geralmente eram deslocados para as carteiras mais a frente do professor), isso porque sua vivência é muito visual e também porque nem todos tinham toda a sua audição comprometida. Então, esperava-se que, desse modo, poderiam ouvir melhor e também visualizar melhor. Contudo, mesmo com estas pequenas adaptações e ajustes, ainda faltam condições apropriadas para o sujeito Surdo, que acaba por esse e outros fatores sendo “segregado” no âmbito escolar, em ambientes culturais e outros locais em que o sujeito necessite ir. Para garantir e efetuar a comunicação mencionada acima, são de grande valia alguns elementos, como: o contato visual; a definição de um espaço apropriado para que os sinais sejam melhor executados, de modo mais compreensível pelo interlocutor; a iluminação adequada ao ambiente onde se promove a interação e, principalmente, a habilidade para com as expressões faciais enquanto ocorre a comunicação, pois elas desempenham papel semelhante ao das figuras de linguagem.

Entretanto, essas, muitas vezes, não ocorrem no âmbito escolar. Como destaca Honora (2014), no que se refere às legislações brasileiras, todas são ainda muito novas em se tratando de inclusão do sujeito Surdo, visando à garantia de direitos à pessoa surda para que possa ser tratada, atendida e respeitada na sua língua oficial da maneira mais adequada. Logo, por serem recentes, ainda não estão sendo aplicadas em todos os ambientes e os órgãos competentes não fazem muita questão de executá-las. Percebe-se que ainda há muito a ser atingido no que se refere à inclusão do sujeito com surdez em seus espaços de direito.

Entende-se por comunidade surda o que Strobel (2019) afirma, que não seria somente as pessoas que apresentam surdez, mas, sim, todas aquelas que socializam com pessoas surdas (familiares, amigos, professores, tradutores, monitores, intérpretes e outros que compartilham dos mesmos interesses). Em resumo, faz parte da comunidade um conjunto de pessoas que vivenciam experiências e se conectam por elas através de determinados costumes, regras, conceitos e particularidades específicas; deste modo, estabelecendo uma relação e unindo suas forças para uma causa em comum.

Cada comunidade apresenta suas particularidades, e na comunidade surda não é diferente. A Língua Brasileira de Sinais costuma ser comum para as pessoas pertencentes a

essa comunidade; não necessariamente uma pessoa precisa ser surda para fazer parte desta comunidade, mas essas, muitas vezes (assim como eu), podem apenas estar envolvidas com temas de interesse dos sujeitos surdos. Por comunidade, também entende-se que:

A teoria da comunidade se deduz, segundo as determinações da unidade completa das vontades humanas, de um estado primitivo e natural que, apesar de uma separação empírica e que se conserva através desta, caracteriza-se diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros (TÖNNIES APUD PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 98).

Quando imersos na comunidade surda, creio que os surdos tendem a usar sua própria língua com mais liberdade, pois se sentem mais “no seu espaço” e isso também lhes aproxima. Esse grupo de pessoas entendeu que é necessária uma mudança na sociedade, pois antes se pensava que era o Surdo quem deveria se adaptar à cultura ouvinte, fazendo com que ele passasse por um processo de normalização e tornando-o, de certa forma, marginalizado. A normalização é:

Um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (SILVA, 2000, p. 83)

Este processo implica em querer transformar um sujeito; aquele que não vai de encontro ao que é estabelecido como “normal”. O que se afasta desse processo se encontrava ou ainda se encontra em uma posição de anormalidade. Normalizar nada mais é do que tentar corrigir e cobrar da pessoa com surdez que ela seja igual ao outro, exigindo dela uma reabilitação.

Penso que, dentro do próprio sistema de ensino, existe certo preconceito ou exclusão em relação ao sujeito Surdo, pois a Língua de Sinais não se encontra dentro dos currículos. Apenas quem tem interesse em aprendê-la é que tem acesso, mesmo que com poucos recursos e incentivos. O currículo que, por lei, deveria ser adaptado, acaba, muitas vezes, por ser o mesmo que dos outros estudantes, e exige-se um nível de aprendizagem de uma forma que para aquele aluno (que necessita de tecnologia assistiva) não é possível atingir.

A cultura Surda<sup>1</sup> poderia se ampliar, caso essa estivesse mais presente nas escolas e demais espaços públicos, tornando-se, assim, mais simples e promovendo de forma melhor a inclusão do sujeito Surdo. Assim, tornaria possível a busca por uma maneira mais acessível

---

<sup>1</sup> Será utilizada a indicação Surdo/ Surda, com letra maiúscula como uma maneira de atribuir poder e autonomia, identificando e valorizando o Surdo “com suas especificidades e sua identidade vivenciadas nos artefatos culturais” (CASTRO JÚNIOR, 2011, p.12). Buscando assim por meio da Libras, como afirma FERREIRA, Carlos (2021 p.13) é uma forma de concordarmos com a visão social e posicionamento e divulgação das pessoas Surdas enquanto cidadãos que lutam por seus direitos políticos, culturais, linguísticos, educacionais, entre outros.

para atender as necessidades de quem apresenta surdez. Tal ideia poderia romper com estigmas antigos e causar uma mudança ideológica, pois como menciona o autor:

O objetivo do movimento é rever as forças subjacentes nos estereótipos encontrados nas diversas instituições sociais, bem como, a interpretação de Surdos ou ouvintes isolados não constantes da cultura surda; questionar as experiências ideológicas de suas experiências, ajudar os Surdos a descobrirem interconexões entre a comunidade cultural e o contexto social em geral; em suma, engajar-se na dialética do sujeito Surdo. (SKLIAR, 2011, p. 70)

É possível constatar, ao longo desta pesquisa, algumas características de tentativas de inclusão da pessoa com surdez no espaço educacional que, de pouco em pouco, vão dando lugar à educação inclusiva, sendo essa a atual política pública de inclusão escolar do sujeito Surdo. Por Educação Inclusiva, Mantoan (2003, p. 97) explana que:

a Educação Inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos que apresentam alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Porém, em se tratando de políticas públicas de inclusão escolar do sujeito Surdo, tudo que se relaciona a isso se inicia apenas após a implementação da “Lei da LIBRAS”, a Lei nº 10.436/02, segundo a qual “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (art.1º).

Logo mais, evidencia-se o Decreto nº 5.626/05, que lhe confere outras deliberações. O Decreto promove a educação bilíngue no ensino regular e visa o acesso à escola regular dos alunos surdos. Além do mais, estabelece a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular e a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de LIBRAS e o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, pois a primeira é a língua natural (Língua Brasileira de Sinais).

Contudo, este último decreto mencionado não foi aprovado ainda, o que mais uma vez nos faz acreditar que existe certa rejeição ao que se refere ao processo de conquistas para quem apresenta surdez; visto que, apesar de existirem ideias e muitos decretos que visam a inclusão do sujeito Surdo e da disciplina que iria promover de melhor forma o acolhimento da pessoa com necessidades específicas, esses, muitas vezes, não são executados e acordados pelos órgãos competentes. Apesar de serem elementos fundamentais na luta contra o preconceito à surdez, as políticas públicas de inclusão do sujeito Surdo têm se revelado insatisfatórias para a erradicação do preconceito.

De acordo com (PINHEIRO *apud* SANCA, 2019, s.p.), “a resistência política educacional traçada pelos surdos vem ganhando força nos discursos acadêmicos e começa a ser representada pelo lócus socioantropológico e não mais clínico, da anormalidade ou deficiência que se marcava no corpo surdo”. Ou seja, o Surdo começa a ganhar força dentro desses espaços, e ele mesmo começa a ir em busca de seus direitos, além de iniciar novas lutas para implementação de outras políticas.

Espera-se que essas políticas ganhem ainda mais força e legalidade jurídica, e que, além disso, sejam executadas no âmbito escolar, pois o preconceito e a falta de aplicabilidade infringem os direitos dos surdos no que se refere à inclusão. Mesmo com melhorias e direitos já conquistados no âmbito educacional, não basta apenas inserirmos os sujeitos surdos nas escolas, esses devem conseguir incluir-se, de fato, nelas. Em um artigo do Express, Saldanã (2021) menciona que, na educação básica, segundo o Censo escolar de 2020, existe registro de 62.581 matrículas de crianças e jovens que apresentam surdez ou alguma outra deficiência auditiva. Ele ainda afirma que, desses, 12% estão em classes especiais. Esses números só reafirmam a grande parcela de sujeitos surdos que ainda está excluída da escola, das classes especiais e de muitos outros espaços de cultura e desporto.

#### **1.4. Preconceito**

Por 'preconceito', entende-se, conforme definição segundo o dicionário AURÉLIO (1999, p. 1625):

Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. P. ext. Superstição, credence; prejuízo. 4. P. ext. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.

Preconceito se trata (como o próprio nome diz) de um pré-conceito ou um pré-julgamento que determina o que o outro é sem conhecer de fato a pessoa; julga-se o outro apenas pela “casca” ou por noções pré-estabelecidas. Geralmente, quem o pratica consegue ver o mundo apenas de uma única forma, apresentando uma personalidade intolerante e ignorante. Sobre o caso de alguém ser surdo (que é o tema em questão), as opiniões errôneas são comuns e desprovidas de qualquer fundamento. Costuma ser esse público que dissemina concepções como as de que alguém com surdez é incapaz, é inválido ou, até mesmo, doente. Esses são alguns exemplos que trazem noções pré-concebidas, que generalizam os indivíduos pertencentes a um determinado grupo de deficientes.

A maioria das pessoas, por desconhecer do que se trata de fato a surdez, acaba acreditando que o Surdo não possui a mesma capacidade de exercer algo como alguém “normal”, ou seja, ouvinte; e esse tipo de pensamento passa a se tornar um problema. Por isso que muitos relatos antigos traziam essas barbáries, por acharem que se tratava de indivíduos que não teriam uma “serventia” para a humanidade, e acreditavam que, desse modo, estariam “poupando” a criança. Como afirma Lane (1992, p. 24), “a surdez surge como uma deficiência do intelecto. O ‘mudo’ do ‘Surdo e mudo’ surge não só para fazer referência a mudez, como também à fraqueza da mente”. Por meio desse julgamento é que o Surdo, muitas vezes, acabava sendo marginalizado, vivendo uma exclusão por parte da sociedade. Uma pessoa que não escuta possui as mesmas capacidades cognitivas de se desenvolver do que uma pessoa ouvinte, porém seu processo é mais visual.

O sujeito Surdo, assim como qualquer outra pessoa, deve ter seus direitos constitucionais básicos garantidos; tirar-lhes isso seria como lhes privar de viver. Mas cabe enfatizar que, quando se fala em incluir alguém com surdez, em todos os âmbitos, é necessário pensar que essa inclusão necessita de reconhecimento, valorização e de respeito às diferenças presentes entre eles. Ou seja, por mais que se pretenda tornar o mundo um espaço com igualdade, o ser diferente é parte de quem apresenta surdez, como Aranha, (2003, p. 15) faz referência:

[...] tratar a todos igualmente não significa promover a igualdade de oportunidades, já que se estaria tomando como padrão uma figura invisível e idealizada de homem, que certamente não dá conta de representar a diversidade. Tratar igualmente a todos requer, outrossim, que se considere, no âmbito das políticas públicas e no das práticas sociais, as necessidades específicas que caracterizam a cada um como pessoa humana, em seu contexto histórico, social, cultural e econômico.

Considerando sua fala, é preciso levar em conta o contexto cultural de cada indivíduo, pois o sujeito Surdo apresenta suas peculiaridades. O Surdo não apresenta nenhuma deficiência intelectual que lhe impossibilite de desenvolver suas competências. Ele apresenta apenas uma dificuldade em se expressar (externalizar os pensamentos) que, por consequência, pode afetar seu processo de desenvolvimento.

O preconceito em relação ao sujeito Surdo se dá pelo fato de não haver uma aceitação por parte do sujeito ouvinte; o estranhamento por ver que eles se comunicam por outra língua (a de sinais) ou até mesmo julgá-lo “retardado” pelo fato de acreditarem que o Surdo é inválido ou incapaz. Todas essas suposições são preconceituosas e equivocadas, e acabam prejudicando o sujeito nas suas relações de comunicação e de formação de identidade, pois, como dito anteriormente, o sujeito Surdo é totalmente capaz de se qualificar em qualquer área de seu interesse, bem como de se comunicar. Porém, muitas vezes, falta compreensão do

ouvinte em se preparar para lidar com essa nova língua, bem como certa ignorância para poder ter uma relação interpessoal com quem tem surdez. Isso, além de impedi-lo de se envolver democraticamente, acaba não se relacionando socialmente quando ocorre tal resistência, pois ele necessita interagir com a sociedade por meio de tais experiências.

Atualmente, o preconceito ocorre, majoritariamente, de maneira velada, mas ainda se faz muito necessário a democracia social, e os espaços precisam estar mais abertos para receberem e atenderem a todos para que ocorra a superação dessas desigualdades sociais. A LIBRAS contribui na erradicação dessas desigualdades; além de ser necessária no ato da comunicação, ela também é fundamental para a constituição integral do sujeito com surdez. Seria interessante o sujeito já adquiri-la desde a sua infância, de forma natural. Desse modo, as outras pessoas que convivem com o sujeito Surdo também se acostuariam desde cedo a lidar com essa nova forma de comunicação. Esse processo seria menos doloroso para quem lida com a surdez, pois evitaria estranheza e resistência de seus familiares.

Mas a LIBRAS pode levar ainda um longo tempo para ser utilizada também pela comunidade ouvinte, pois é possível perceber certo bloqueio e um preconceito por parte do próprio sujeito que necessita fazer uso dela. Enquanto a própria comunidade surda não demonstrar o quanto é importante essa língua; enquanto tiverem pessoas recorrendo a métodos clínicos e ignorando a importância de se comunicar por meio da língua de sinais, a LIBRAS não se tornará de uso corriqueiro.

Por mais que haja vários recursos clínicos, como os defendidos pela autora Paula Pfeifer, nenhum possibilita a integração do sujeito da mesma forma que a língua de sinais, pois ela marca toda uma identidade e uma cultura. Pode-se perceber isso ainda mais através da perspectiva de Machado (2008, p. 24), quando diz observar que a maioria das escolas regulares com alunos surdos utiliza-se de uma metodologia mais oralista, não apresentando outras formas de aprender. Segundo ele, é possível perceber que há uma espécie de concordância, por exemplo, sobre o fato de que o aluno deve falar pelo fato que todos falam; isso evidencia ainda mais o que foi mencionado anteriormente, sobre o fato de ser normal a língua oral, mas irregular a aprendizagem por meio da língua de sinais.

O grande problema é que, mesmo que o sujeito Surdo aprenda a LIBRAS, ele ainda estará excluído da sociedade pelo fato de que o Surdo continua a ser excluído nos seus direitos essenciais e na falta de projetos que garantam o básico em sua vida. Isso porque o Surdo, na maioria das vezes, não tem acesso às informações que são transmitidas via língua auditivo-oral; ele não pode assistir a muitos programas televisivos; os shows ainda não contemplam o sujeito que apresenta surdez (apenas alguns que buscaram de forma autônoma

disponibilizar dessa tecnologia assistiva), etc. São vários os exemplos de formas de discriminação do sujeito Surdo, que acaba por ser segregado do restante da sociedade por não haver recursos, como janelas de intérpretes, que consistem em direitos básicos para a cidadania.

## CAPÍTULO II

### 1.1. O GÊNERO TEXTUAL EM QUESTÃO

Paula Pfeifer, em seu livro *Crônicas da Surdez*, utiliza um gênero textual muito importante para a construção de seus relatos e vivências. A autora faz uso do gênero crônica, que se trata de um estilo literário que aborda fatos ou aspectos do cotidiano. Este gênero está presente em veículos da imprensa, tais como: jornais, revistas, televisão, rádio, ou então os escolhidos pela autora: *blog* e livro.

O gênero surgiu na literatura por volta do século XIX, mas é possível encontrar algumas classificações diferentes de crônicas. Muitos autores fazem a suposição de que a primeira crônica escrita seria “A Carta”, de Pero Vaz de Caminha: este deve ser um dos motivos de tentarem fazer com que ela fizesse parte da história da literatura. Para Souza (2009), o gênero passou, então, a ser publicado nos folhetins de jornais da época, que traziam registros do cotidiano dos primeiros cronistas. Segundo ele, quem mais ganhou destaque no Brasil, naquele período, por retratar o dia a dia, foi Machado de Assis. Ele contribuiu muito para a consolidação da crônica no espaço da literatura, pois o texto passou a ser percebido com outros olhos, ganhando maior destaque naquele período. Logo mais, outros cronistas passaram também a utilizar esse novo formato, alguns nomes bastante conhecidos hoje, tais como: Clarice Lispector, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e muitos outros.

Mas o gênero em questão não fica apenas no sentido literário, ele também vai de encontro ao jornalismo. Coutinho (1988), que muito fala sobre a crônica, atreve-se a dizer que ela vai além disso, que se trata de uma arte. Entende-se que não se trata apenas de transmitir algo para o leitor por meio de um propósito, mas, como o próprio autor afirma, ela tem sua estilística e suas características próprias.

Enquanto o jornalismo tem no fato seu objetivo, seu fim, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela o utiliza, como meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de sua graça, de suas faculdades inventivas. A crônica é na essência uma forma de arte, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo (COUTINHO, 1988, p. 305).

É válido acrescentar que, além de o gênero possuir sua estética, costuma ter como característica assuntos corriqueiros ou do cotidiano, trazendo-os de forma breve e de fácil compreensão. Ela traz elementos sem se preocupar muito com a exposição deles, pelo fato do autor e a obra parecerem ter certa intimidade. A palavra ‘crônica’, que se refere ao gênero

textual, vem do termo grego *chronos*, que significa “tempo”, representando uma sequência cronológica, ou seja, fatos que se sucedem. Porém, esta definição, para muitos autores não se restringe a isso, uma vez que o gênero, que costuma ser muito escolhido por autores que abordam suas experiências, é muito instável e costuma tratar de algo que tenha “dificultado ou impactado” a vida de alguém.

Outro ponto importante a ser observado é a transitoriedade da crônica, ou seja, justamente por tratar de assuntos corriqueiros, ela é breve e apresenta certo “tempo” na literatura ou no jornalismo. Ela é criada e logo perde o sentido, talvez no mesmo momento em que se encerra a sua leitura. Desse modo, ela diferencia-se muito dos contos ou livros, que procuram enraizar-se mais, isso porque dificilmente alguém vai procurar uma crônica antiga: quando se trata deste gênero, as pessoas procuram por crônicas recentes, que retratam o momento que o sujeito está vivenciando, enquanto que os livros, contos e outros objetos culturais sobrevivem ao longo do tempo. Cândido (1992) discorre sobre essa efemeridade da crônica:

[...] não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em ‘ficar’, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava (CÂNDIDO, 1992, p. 15).

É possível que, quando em uma esfera mais literária, ela perdesse por mais tempo. Há autores que discordariam do ponto de vista de Cândido, até porque este ponto de vista já vem sendo empregado dentro dos livros também. Trata-se aqui do momento inicial no que se refere à crônica e seus cronistas. Alguns conseguem perceber a crônica como não sendo algo trivial, mas com certa fantasia ou arte:

[...] o seu objetivo, confesso ou não reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de suas virtudes latentes, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende não ser o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento sua porção imanente da fantasia (MOISÉS, 1982, p. 104).

A crônica, muitas vezes, vai de encontro a essa poetização e também pode trazer reflexões sobre assuntos que costumam passar despercebidos; porém, os cronistas trazem estes assuntos para a literatura. A estrutura do gênero em questão vai muito além do simples

relato de vivências. Segundo Antonio Candido (1992), estudioso que contribuiu muito para análises do gênero crônica, é possível fazer uma classificação para tal “estilo de escrita”. Ele aponta quatro tipos de crônicas:

- a. A *Crônica diálogo*: conversa do cronista com seu interlocutor imaginário ou uma conversa entre os personagens criados pelo autor.
- b. A *Crônica narrativa*: aproxima-se do conto, apresentada em histórias curtas, diálogos ágeis, de final imprevisto e surpreendente, possui unidade de ação, tempo e espaço. Personagem e situações ficcionais próprias do gênero narrativo são uma verdade constante do gênero.
- c. A *Crônica da exposição poética*: é a divagação, de forma lírica, sobre um fato ou personagem.
- d. E, por último, a *crônica biográfica lírica*: narra, de forma poética, a vida de alguém. Essa é uma forma de os autores prestarem reverência a seus colegas.

Quando tratamos do livro em questão, Paula Pfeifer, que é autora brasileira, optou por uma escrita mais biográfica, pois narra e traz relatos de sua vida, fazendo uma autobiografia para poder se aproximar com mais facilidade de seu público leitor. Isso é possível porque a crônica acaba “sendo ligada à vida cotidiana, a crônica tem que se valer da língua falada, coloquial, adquirindo inclusive certa expressão dramática no contato da realidade da vida diária” (COUTINHO, 1988, p. 306). Paula faz exatamente isso em seu livro, que é o objeto de análise deste trabalho. A autora produz um material utilitário, de linguagem mais leve, que pretende agradar o público que se assemelha a ela ou que atinja e ajude pessoas que tenham na família alguém que esteja vivenciando a surdez, ou que esteja enfrentando dificuldades em se aceitar como Surdo.

Além da crônica, a internet também desempenha um grande papel, principalmente para disseminar esse gênero, pois nos leva a refletir sobre diversos aspectos da nossa vida. A autora do livro *Crônicas da Surdez* usa tal ferramenta como um meio de comunicação entre ela e seus interlocutores. A autora iniciou seu livro ao perceber que havia muitas pessoas que acompanhavam seu trabalho por meio do *blog* que havia sido criado inicialmente. Lucimara da Silva de Souza discorre sobre a importância e os benefícios que essa ferramenta proporciona:

A opção por estudo de blogs deveu-se ao fato de essa ferramenta digital ter ganhado muito destaque ultimamente, pois, de espaço para simples relatos íntimos pessoais, passou a suporte para informações, expressão de ideias, formação de opiniões, divulgação de causas, revelação de talentos. Além disso, toda agilidade, rapidez,

dinamismo e interação, próprios do meio, vieram responder às necessidades da contemporaneidade. (SOUZA, 2013, p. 3)

De tal maneira, a ferramenta digital mencionada acima trouxe inovação e conhecimento para diversas pessoas e públicos. A cada dia, esses meios tecnológicos se tornam mais importantes, pois estamos cada vez mais dependentes das redes sociais e elas precisam ser usadas a nosso favor, com o propósito de nos trazer informação e promover uma relação com nosso meio. A autora faz isso quando usa o *blog* para expressar suas ideias a respeito da surdez, interagindo e discorrendo sobre seus obstáculos enquanto sujeito Surdo através da tecnologia, e acaba, assim, veiculando suas crônicas, atingindo um público maior.

A autora trabalha em seu *blog* e em seu livro o tema “surdez”, porém ela divide o livro em vários capítulos e subtítulos (dos quais teremos mais conhecimento nos capítulos seguintes), que trazem a descoberta da sua perda de audição, o processo longo e difícil de autoaceitação, a contribuição da família nesse processo, o impacto da sociedade em seu progresso e o preconceito. Por isso, o próximo ponto abordará a biografia da autora, que consegue fazer uso predominante do gênero para falar de sua deficiência auditiva.

## 1.2. CONHECENDO A CRONISTA

Paula Pfeifer recebeu, quando tinha apenas 16 anos, um diagnóstico de deficiência auditiva bilateral neurossensorial progressiva e teve que aprender a lidar com esta nova realidade, adaptando-se a ela muito cedo. Desde então, a autora tem como propósito disseminar informações relevantes e de qualidade, além de ajudar a mostrar um caminho para todos aqueles que nascem com esta deficiência. O objetivo dela também é de oferecer e ajudar a comunidade surda a ter qualidade de vida, independentemente do grau de surdez que a pessoa venha a apresentar.

Paula Pfeifer é conhecida por escrever diversas crônicas que são voltadas à temática da surdez e possui uma gama de internautas que acompanham seu trabalho nas redes sociais. Ficou muito conhecida após escrever o livro *Crônicas da Surdez* (objeto de análise do presente trabalho), já que este livro a ajudou a impulsionar seu trabalho. A autora escreveu o livro em 2010, porém, ele foi publicado apenas em 2013.

Pfeifer sentia a necessidade de falar mais sobre a sua deficiência auditiva, especialmente após “sentir na pele” o preconceito que vinha da sociedade ao seu redor, pois, mesmo tendo uma “vida normal” e sendo bem resolvida com os problemas que enfrentara,

ainda sentia que a comunidade ouvinte lhe direcionava com um olhar diferente, como se a sua deficiência a tornasse incapaz de ser qualificada ou bem sucedida em sua vida. A autora faz uso da expressão "diagnóstico de morte", pois a surdez, para muitos, parecia vir acompanhada disso.

Paula diz ter notado a falta de trabalhos e livros cujas autorias fossem de pessoas que tivessem enfrentado as mesmas dificuldades que ela e, constantemente, se perguntava onde estavam as vozes daqueles que eram iguais a ela. Apesar de compreender que as leituras que fez de doutores e outros autores eram de pessoas que apresentavam domínio e qualificação para falar a respeito do assunto, ela sentia a necessidade e a falta de ler algo que tivesse sido escrito por alguém que soubesse realmente o que era passar por aquilo: de sentir tudo aquilo que alguém que é surdo sente.

A autora relata, em uma matéria publicada ao Zero Hora, em 2015, que a dificuldade nunca lhe impossibilitou de manter a autoestima e a persistência. Ela conta que trabalhava (no período da matéria) como funcionária pública, pois havia sido aprovada por meio de concurso público, o que mostra o quanto ela era empenhada em seus objetivos. Atualmente, a autora tem 33 anos, é surda e oralizada, porém, é ouvinte por meio de aparelhos auditivos cocleares. Ela realizou uma cirurgia aos 31 anos, que lhe permitiu ouvir todos os sons. Antes de realizar o procedimento, Paula Pfeifer realizava leitura labial em três línguas (espanhol, português e inglês). Hoje, atua como cientista social, escritora, empresária, palestrante e criadora de conteúdo. A escritora é casada com o Dr. Luciano Moreira, que é otorrino, especialista em surdez, e mora com ele no Rio de Janeiro, além de ajudá-lo em sua clínica.

A autora lançou, em 2015, logo após o livro *Crônicas da Surdez*, o livro *Novas Crônicas da Surdez: Epifanias do Implante Coclear*, que é bastante lido e acessado. Paula conseguiu, através de um projeto vencedor no Facebook, arrecadar um fundo chamado "Surdos que Ouvem" que, até hoje, ajuda a comunidade surda. Após acompanharem o trabalho da autora, muitas outras pessoas passaram a fazer uso de aparelhos auditivos e implantes cocleares.

Pfeifer acredita que é preciso oferecer todas as ferramentas necessárias para que uma criança ou adulto surdo se torne independente e capaz de realizar os próprios sonhos com autonomia. Durante a conquista desses objetivos, ela cita o quanto é importante a ajuda e o apoio dos pais, familiares e amigos. Muitos jovens, além de enfrentar as dificuldades que a surdez acaba ocasionando, sofrem também com o problema da solidão e da falta de informação acerca da surdez. Paula sempre menciona o quanto é importante todos eles terem apoio por meio do trabalho que ela realiza.

## CAPÍTULO III

### 3. APONTAMENTOS SOBRE O LIVRO *CRÔNICAS DA SURDEZ*

O capítulo a seguir irá trazer a experiência da autora deste trabalho ao ler o livro *Crônicas da Surdez*, de Paula Pfeifer, e também uma breve descrição do que contém em cada crônica escrita por ela. Em cada uma, a autora traz um ponto (subtema) diferente, mas todos giram em torno das dificuldades de ser um sujeito Surdo dentro de uma comunidade majoritariamente composta por ouvintes. Isso é reforçado em sua obra, pois, como se trouxe mais acima, a pessoa com surdez não tem a sua devida valorização e, ainda hoje, isso impacta na vida de Paula e de outras pessoas que pensam que esses sujeitos não têm condições de desenvolver sua autonomia, por pensarem que não têm a mesma capacidade mental e intelectual.

#### 3.1. Crônica “*A Descoberta da Surdez*” - resumo:

Na crônica, a autora fala sobre ela mesma, usando a primeira pessoa do singular, e começa a descrever que, desde criança, sentia que havia “algo errado”: ouvia barulhos intensos em seu ouvido (que já eram sinais de uma perda auditiva) que lhe causavam um grande desconforto. Alguns de seus familiares alertavam os pais sobre o fato da personagem (a autora) não ouvir bem. A família fazia uso de vários remédios e técnicas naturais para amenizar a dor, porém, estes passavam a fazer cada vez menos efeito. Muitas das vezes em que ela demonstrava que não estava ouvindo bem, as pessoas pensavam ser por distração, por acharem que ela se comunicava muito bem. Isso aponta para um forte estigma de quem apresenta surdez, uma vez que grande parte das pessoas pensa que o surdo é mudo. Apontado também por Skliar (2011), que reforça que os estereótipos são encontrados nas diversas instituições sociais. Portanto, quando o sujeito é surdo e oralizado, causa um grande estranhamento para todos que acreditam nessa crença limitante.

Ela conta que, primeiramente, a família, ao descobrir (nas idas a audiometria e fonoaudiologia) que ela apresentava problemas na audição, passou por um período de negação: não aceitaram bem o primeiro diagnóstico e foram a outros profissionais. O problema é que começaram a ter demasiada controvérsia em alguns diagnósticos que não eram compatíveis com a realidade; contudo, para a família, era mais fácil lidar com esses resultados errôneos.

Isso somado à dificuldade da família de aceitar a deficiência do filho ou filha (porque não é tão simples entender e lidar com a surdez) só retardou ainda mais o desenvolvimento da Paula que, na verdade, apresentava deficiência auditiva, que, como apresentado anteriormente pela Organização Mundial da Saúde (2003), trata-se de uma perda ou um desvio no corpo. Sabe-se que quanto antes há essa aceitação da surdez, mais fácil se torna a convivência com a sociedade e a preparação para aceitar o problema e lidar com ele da melhor forma, através das muitas estratégias que existem hoje.

Muitos foram os obstáculos que impediram esse progresso. Houve outro médico mencionado na crônica que disse aos pais da criança para ficarem tranquilos, pois a menina estava apenas com um “canal no ouvido” e que isso passaria à medida que ela fosse crescendo. Porém, se tratava de outro diagnóstico errado. Então, a criança foi crescendo e percebendo várias coisas em seu meio que lhe incomodavam: as piadas das outras crianças e as vezes em que lhe chamavam e ela não ouvia e acreditava que era por falta de atenção, mesmo. Como muitos ao seu redor lhe diziam que ela era distraída, a personagem começou a acreditar que fosse mesmo, irritando-se com ela mesma.

Foram muitas as vezes que ela tentava evitar certas interações ou, então, ficava com medo delas, pois pessoas que não sabiam da dificuldade dela acabavam por chamar a atenção dela. Segundo Paula, sempre questionavam o porquê de ela não estar ouvindo o que estavam falando com ela. Fico aqui imaginando o quanto isso deve ser frustrante, pois eu não tenho dificuldades de audição, mas tenho dificuldades em me concentrar, então, muitas vezes, também ouço coisas semelhantes. Sei como é ouvir isso e ter o sentimento de que deveríamos nos esforçar mais ou, pior, se sentir menosprezada por não ser alguém melhor ou igual aos ditos “normais”. Algumas pessoas, inclusive, procuram “normalizar” o sujeito que possui alguma deficiência (como mencionado acima, na parte teórica). Silva (2000) menciona que se atribui certa identidade a todas as características positivas, enquanto as outras são avaliadas como negativas e, dessas, se espera “socialmente” que todos se enquadrem.

Paula relata na crônica que, mais tarde, entrou na adolescência e, o que já era difícil, se tornou ainda pior. Começaram a realizar ligações para ela (amigos e namorados). Nas conversas pessoalmente ela já se saía melhor, pois conseguia fazer a leitura dos lábios, pegando algumas palavras e entendendo o contexto da conversa. Porém, nas ligações, não conseguia fazer o mesmo, e acabava tendo que pedir ajuda para a sua mãe, que lhe salvava de muitas situações constrangedoras, porém, isso não a impedia de ouvir no dia seguinte as pessoas se queixando do quanto era difícil falar com ela por telefone. Sorte dela que acabava conseguindo sair fácil dessas situações constrangedoras que não conseguia evitar, inventando

sempre alguma desculpa. Por muito tempo, a personagem usou estratégias para lidar com essas dificuldades, e escolhia lugares estratégicos (onde conseguia ter uma visão melhor de tudo e todos). Até que ela mesma lembrou que o médico que disse que o canal abriria com o tempo estava errado, pois já havia completado 17 anos e não havia aberto ainda. Falou com seus pais e pediu para procurar outros especialistas.

Mesmo resistente e com certa fobia que ela criou de tanto ir a consultórios e ouvir vários diagnósticos, ela foi e, dali em diante, teve certeza de que apresentava, sim, uma surdez, que descobriu ser irreversível, chamada de “Deficiência auditiva bilateral progressiva, neurosensorial de caráter moderadamente severo e irreversível”, para ser mais precisa. Mas a personagem preocupava-se muito mais com os outros, com o que iriam pensar dela, que sofreria ainda mais preconceito e exclusão do que com o fato de ter que se preocupar com ela. Ou seja, neste momento, ela deveria ter perguntado ao médico ou pensado em algo que poderia ser feito para lidar com essa deficiência, mas, normalmente, penso que, na grande maioria desses casos, o que ocorre é a preocupação (no momento da descoberta) com os outros, tanto que ela pensou, de imediato, em esconder isso de todos.

Ela passou a se ver da pior forma possível e a inventar cada vez mais desculpas para as pessoas, ao invés de contar a verdade. Mas a atitude dela era causada pelo medo que tinha de ter que estudar em uma escola especial ou de ter que usar aparelhos auditivos enormes, pois, na época, não existiam as mesmas condições que existem atualmente. Por mais que, de forma lenta, teve um grande progresso em relação às leis e recursos (por mais que, ao meu ver, muitas ainda não se apliquem da forma como deveriam), essas têm o propósito de validar o que Wortmann; Costa; Silveira (2015) afirmaram anteriormente sobre a defesa do direito do reconhecimento cultural, ou seja, da surdez como criadora de uma cultura. Além disso, como a própria autora cita, há maior facilidade hoje em dia de buscar informações na internet e de o sujeito Surdo exercer a sua cidadania e exigir os seus direitos.

### 3.2. Crônica “*Surdos Oralizados: Quem São?*” - resumo:

Nesta crônica, a autora defende e retoma o que já vinha falando na anterior, sobre o fato de que, quando se fala de “Surdo”, não estamos falando de uma comunidade igual, mas sim distinta (assim como nós, ouvintes). Isso porque, de acordo com ela, existe uma diversidade muito grande dentro desta cultura. Essa abordagem sobre o Surdo ser diferenciado também é uma repetição do que Skliar (1997) e Sanchez (2002) trazem sobre o

sujeito não ser incapacitado, mas por sua experiência ser predominantemente visual e, por isso, distinta.

Ela chama a atenção para o fato de que a Língua Brasileira de Sinais não é universal, isso quer dizer que cada país tem a sua. Quem interage através da língua de sinais é identificado como um Surdo sinalizado, e, logo mais, a autora fala sobre a diferença do Surdo oralizado (que se comunica normalmente, assim como a comunidade ouvinte). E, por último, ela menciona sobre os Surdos bilíngues (que apresentam ambas as formas de se comunicarem, oralizada e por sinais). Além destas diferenças, é de escolha deles fazer ou não uso de aparelhos auditivos ou cocleares. Só aqui já vimos o quanto há diferença de um surdo para outro: cada qual tem um modo muito singular de se interpretar e comunicar. Ao contrário do que muitos acreditam, são várias as alternativas de o sujeito criar uma identidade de acordo com a sua preferência e com aquilo que lhe deixa mais confortável. Góes (2000) trouxe sobre essa importância do indivíduo de significar-se, de ele traçar a sua identidade e suas características, seja por meio da LIBRAS ou de outras possibilidades dentro do alcance de cada um.

Essa parte do livro também aponta para o fato de que a escolha e a forma como a criança vai escolher interagir com o mundo vai muito de acordo com a sua realidade social, cognitiva ou financeira. Pois, por mais que algumas pessoas tenham vontade de usar aparelho auditivo ou coclear, nem toda família da criança ou, no caso, adulto com surdez apresenta condições econômicas de comprá-lo.

Recordo-me com frequência de um aluno que tive (em uma das escolas onde trabalhei): ele era surdo e havia se adaptado ao uso do aparelho auditivo, que havia ganhado em algum programa do estado. Porém, com o tempo e o uso, o aparelho começou a apresentar falhas. A família constantemente tentava a troca dele ou adquirir outro, mas levou muito tempo para conseguirem a aprovação por parte da prefeitura e um novo. Nesse período, o menino não sabia se comunicar por LIBRAS e eu também não sabia como lhe ensinar: primeiramente, eu teria que aprender e, mesmo que aprendesse, havia mais de 20 alunos para eu atender, o que seria um grande problema.

O garoto passou aquele ano inteiro dentro do ambiente escolar sem conseguir me compreender e sem conseguir se comunicar, e minha frustração era enorme. Tentava fazer gestos para ele, mas sabia que não correspondiam à língua de sinais. Em outros momentos tentava desenhos ou até mímicas, e os colegas do menino, para a minha sorte, eram bem atenciosos com ele e também tentavam auxiliá-lo, mas eu me perguntava o tempo todo: “O que eu poderia fazer com relação a ele?”. Sentia-me mal com a situação, pois, de forma

ingênua, estava excluindo ele das aulas, então logo meus colegas e direção responsabilizavam o sistema que era falho. Mas o que fazer diante de uma situação dessas? Quem responsabilizar ou culpar? De nada adiantava culpar alguém e, de qualquer forma, nada era feito diante dessa barbárie!

Isso também é abordado por Paula quando ela trata de problemas econômicos semelhantes (creio que era isso que ela quis, de alguma forma, apontar). Certos aspectos ocasionais que não dependem apenas da escolha do sujeito, mas de muitos outros fatores. Paula aborda, também, a questão da militância surda, que são aquelas pessoas que, mesmo com condições econômicas ou algum apoio para o uso de aparelhos, acreditam que o Surdo deve aprender LIBRAS e não fazer uso de aparelhos. Ela não defende a ideia de que o Surdo com aparelho não precisa aprender a língua de sinais, mas acredita que essa decisão deve partir dele e da família, sem esses julgamentos nem condenações.

Como a autora não faz uso da língua de sinais, ela demonstra-se chateada com estes posicionamentos militantes, pois diz que, para ela (e refere-se unicamente a ela), não faz sentido, pois seria como aprender outro idioma qualquer, já que, dificilmente, usaria a LIBRAS, pelo fato de ser oralizada e ter aparelho coclear. Contudo, apoia aqueles que, nas mesmas condições que ela, têm interesse em aprender essa língua. Acima de tudo, pensa ser fundamental a pessoa ter domínio da Língua Portuguesa para poder “alavancar” no mercado de trabalho e poder competir por igual com quem é da comunidade ouvinte, sem essa distinção. Para isso, diz não se importar se ela faz uso de aparelhos auditivos, pois a tecnologia existe para ajudar a todos e dar oportunidades iguais aos sujeitos, principalmente as de poder conviver com todos os grupos de pessoas e não apenas com quem pertence à comunidade surda.

### 3.3. Crônica “Aceitando a Própria Surdez” - resumo:

Logo que a autora teve conhecimento sobre sua surdez, ainda foi complicado para ela aceitar a situação. Levou um tempo para buscar fonoaudiólogas e, quando foi, teve dificuldades para se adaptar com os aparelhos. Sua maior dificuldade era relacionada mais ao que os outros poderiam pensar em vê-la fazendo uso deles, pois não queria ser vista com olhos de “diferença”. Os aparelhos podiam, a qualquer momento, saltar dos ouvidos e, com isso, fazer um som muito alto, despertando a curiosidade dos outros. Era essa curiosidade e intromissão de seus colegas e amigos que lhe incomodava.

Em seguida, ela traz dicas para quem está lendo, sobre se preocupar mais com a saúde e com a qualidade de vida do que com as “aparências”. Menciona que muitas pessoas fazem uso de aparelhos auditivos pequenos, para não aparecer, apesar de que muitas vezes precisariam de aparelhos maiores (que seriam mais adequados para o caso da pessoa). Diz que usar de uma tecnologia a seu favor não te diminui em relação aos outros.

A autora fez uso de mais do que um aparelho e, quando estava se acostumando com o uso deles, alguém lhe viu usando-os e ela voltou a parar de usar. Hoje, ela cita essa atitude como imatura e irresponsável, porém, na época do relato, foram situações e adaptações difíceis dela aceitar. Ela escondia o fato até mesmo das pessoas mais próximas a ela. A autora imaginava uma reação pavorosa das pessoas ao seu redor quando fosse contar da sua deficiência, mas, ao contrário, quem realmente era do seu meio agiu com naturalidade (até porque acredito que já imaginavam isso).

Mesmo com a ajuda de seus entes queridos, Paula relata ter entrado em um período de depressão ou tristeza profunda, onde pensava demasiadamente nos problemas que tinha e nas dificuldades que teria que enfrentar. Hoje, pensa que este tempo em que sentia pena de si mesma foi um tempo perdido, onde a raiva evidenciava-se constantemente, mas lhe faltou informação adequada e experiência naquele momento para perceber que cada minuto da sua vida importava muito e que não podia desperdiçá-la com bobagens e pensamentos desanimadores.

Com a maturidade, vi que não havia absolutamente nada que eu pudesse fazer para ter uma audição perfeita e que seguir me sentindo mal por isso era uma insensatez. Existe algo mais vergonhoso do que envergonhar-se de si mesmo? Não, não existe. E não, eu não pretendia ser esse tipo de pessoa. Dei um fim a essa bobagem e segui vivendo. (PFEIFFER, 2020, p. 22)

A autora, além de trazer o relato de sua aceitação para com a surdez, traz relatos breves de outras pessoas que se comunicam com ela e que demonstram perda da audição, mas que, quando Paula as aconselha a procurar por um profissional, trazem as mesmas negações pelas quais ela já havia passado, como: “Não ouço muito bem, mas não sou surda”, entre outras muitas afirmações que mostram que a pessoa surda demora a perceber que ela pertence a essa comunidade e que apresenta essa deficiência. Paula diz o tempo todo que a pessoa pode negar o quanto quiser o que está enfrentando, mas uma hora terá que lidar com a realidade.

A crônica retrata o fato de que as pessoas acabam tendo ideias erradas a respeito do deficiente auditivo, pois, segundo Pfeifer (2013), no momento que não ouvimos quando alguém nos cumprimenta ou chama, isso dá a entender para a pessoa ouvinte uma outra

realidade, a de que se é antipático ou antissocial, quando, na verdade, a pessoa não responde porque não ouviu. Por isso é tão importante expormos a verdade, que, além de libertadora, desfaz tais mal-entendidos, pois a outra pessoa não tem como saber que alguém apresenta surdez (a grande maioria faz outras deduções quando se depara com alguém com deficiência auditiva). Ela menciona que poucas das pessoas percebem quando se está com algum problema, e diz ainda que é preciso ser muito próximo para identificar isso em alguém. Paula fala o quanto assumir isso é libertador, pois a pessoa acaba se aproximando mais das outras.

Em seguida, ela fala sobre a sua experiência ao tentar fazer um curso de LIBRAS e do preconceito que percebeu lá, que, como já mencionado aqui, é uma opinião pré-concebida sem fundamento. Porém, neste caso, esse era vindo de quem também era Surdo, porém sinalizado. Ela enfatiza que quem fazia parte desse grupo de pessoas que se comunicava por língua de sinais não aceitava bem os grupos de pessoas oralizadas com aparelhos auditivos. Ela sugere que a comunidade acredita que quem é Surdo deve se comunicar por sinais, e não utilizar aparelho auditivo e ela justifica que, por esse motivo, se afastou do curso e da tentativa de aprender.

É interessante analisarmos esses dois pontos de vista diferentes vindo de pessoas surdas. Confesso que não sabia que havia essa divergência de opiniões, mas percebo o quanto elas são importantes para mostrar para a sociedade que o sujeito Surdo tem identidade, autonomia em suas escolhas, opiniões e, sobretudo, divergências de pensamentos. Como Paula menciona no referido parágrafo, não existe “normalidade”; ambos os sujeitos são diferentes e isso ocorre em qualquer tipo de comunidade, tanto na ouvinte como na comunidade surda. Ela acredita que o mais importante é sabermos respeitar essas diversidades, sem impor uma padronização no que se refere ao sujeito Surdo.

A autora é grata às pessoas que encontrou em seu caminho, pois estas tornaram mais fácil a sua convivência em ambientes que, muitas vezes, não compreendiam suas dificuldades. Ao lidar pela primeira vez com a palavra deficiência (referindo-se a ela mesma), teve novamente dificuldades em se assumir como tal, até porque não se via de tal modo. Mas soube lidar com isso e foi necessário assumi-la para concorrer a uma vaga que era destinada para pessoas com deficiência para o cargo que pretendia. Em seis meses, Paula foi chamada para assumir o cargo e lá, novamente, teve que enfrentar novos obstáculos. Na empresa, ao ser apresentada para seus novos colegas, a pessoa que lhe apresentou disse que aquela era a Paula, “a deficiente”. Concordo com ela que foi completamente desnecessário referir-se a ela de tal modo, até porque sua deficiência não iria limitá-la em seu trabalho.

Assim que Paula conseguia ler os lábios das pessoas ao seu redor, parava de fazer uso dos aparelhos, o que lhe causava problemas, como enxaqueca, por fazer um grande esforço tentando realizar essa leitura. Foi quando foi transferida para um setor em que tinha menos contato com o público, para não ter esses desconfortos; porém, lá, era surpreendida quando alguém chegava (pois poucas pessoas circulavam naquele local). Esses sustos e a conversa que teve com um colega seu a fez usar novamente os aparelhos, para não ser surpreendida, até que, novamente, o aparelho estragou. Depois, Paula conseguiu fazer o implante coclear e ficar tranquila, pois nunca mais teria problemas como, de repente, parar de ouvir os sons das pessoas. Diz ela que seu coração ficou repleto de alegria por poder ouvir bem o som das pessoas que amava.

#### *3.4. Crônica “Aprendendo a conviver com a Surdez” - resumo:*

A autora já estava acostumada com o seu problema auditivo, pois, desde a infância, já vinha se adaptando com ele. A autora menciona que não é porque a pessoa apresenta surdez que vai se tornar ignorante. Acredito que o que ela quis dizer com isso é que o sujeito não pode simplesmente se acomodar e pensar que “a vida acabou nesse instante”; ele precisa buscar apoio de outras pessoas, se informar a respeito dessa deficiência e principalmente, saber lidar com os diversos desafios que acompanham esse sujeito.

Segundo Pfeifer, para uma boa convivência, é preciso estar atualizado e ter consciência de que muitas das atitudes da comunidade ouvinte não são por maldade. Ela utiliza como exemplo o fato de eles se comunicarem muito rápido e que, mesmo quando solicitado e explicada a situação de que a fala precisa ser mais lenta para que a pessoa possa acompanhar a conversa, o ouvinte está habituado com aquele tipo de comunicação e parte do grupo pode até tentar se expressar com mais paciência, mas a grande maioria logo se esquece e acaba voltando ao diálogo sem pausa. Então, se magoar por isso é em vão, pois as pessoas não entendem exatamente o que a pessoa está passando e qual é a melhor forma de se comunicar com alguém Surdo, mesmo que a pessoa explique, pois este processo é instintivo.

Este trecho da crônica do livro traz diversas recomendações para que a comunidade surda não fique incomodada com suas limitações, e que, inclusive ações de preconceito são passíveis a processos judiciais. A pessoa, por mais que esteja limitada de uma maneira (segundo a autora), ela acaba desenvolvendo outras habilidades, como maior atenção aos detalhes. Posteriormente, ela traz sobre a questão da acessibilidade (que é muito importante para quem apresenta deficiência), pois evita situações constrangedoras e facilita a vida do

sujeito Surdo. Então, ela indica que ele procure por lugares assim, que tenham mais praticidade e que auxiliem esse público. Ela fala ainda sobre as ferramentas on-line, que permitem que as pessoas resolvam várias situações por aplicativo, por exemplo: hoje em dia, é possível pedir comida pelos aplicativos, pedir transporte, fazer transições e compras, entre muitas outras. Paula sugere pensar em formas simples de ter mais qualidade de vida e evitar preocupações desnecessárias. Ela diz que o segredo é ser direto e incisivo com as pessoas, e falar para os ouvintes que determinadas coisas atrapalham a comunicação (como o uso de máscaras, por exemplo).

Paula diz amar os dois mundos: aprecia o silêncio e também ama ouvir os sons. Na verdade, acredito que todos nós, seres humanos, apreciamos ambas as coisas, o problema é que ainda existem muitas pessoas ignorantes, que não percebem que a pessoa tem uma necessidade especial, ou que, quando ela necessita de atendimento prioritário, ironizam a situação e até chegam ao ponto da grosseria, pois a surdez é uma das deficiências “invisíveis aos olhos dos outros”. A autora diz que, quando está na fila prioritária, é questionada (de forma sarcástica) sobre o seu lugar lá. Ouve coisas como: “Por acaso, você é gestante? Sua fila não é aqui”, e por aí vai. Por mais que ela procure levar a vida de forma leve e evitar esse tipo de aborrecimento, acaba aproveitando a oportunidade para “dar uma aula” para essas pessoas. Até porque ninguém merece passar por esse tipo de constrangimento! Existem leis que garantem esse direito e ele não é, em hipótese alguma, um privilégio. As pessoas precisam aprender a respeitar isso.

### *3.5. Crônica “A família” - resumo:*

Neste capítulo, a autora fala mais sobre o quanto a família é envolvida com a descoberta da deficiência e, ainda depois, ela acaba sendo tão envolvida quanto o sujeito que vive a surdez. A autora expressa o quanto é importante ter o apoio da família nesses constantes momentos de transições (citados nos capítulos anteriores), desde a negação até a aceitação e o aprender a lidar com a deficiência.

Paula aponta para o fato de nunca ter sido tratada de modo diferente pela sua família, mas sabemos o quanto outras famílias reagem mal à descoberta da deficiência. Paula, inclusive, traz relatos de pais que tiveram esse tipo de reação, a ponto de esconder o fato de seu(sua) filho(a) ser surdo(a). Isso nos faz lembrar um pouco sobre as atrocidades cometidas contra as pessoas surdas em 1750 mencionadas por Sacks (2005), onde ele diz que a pessoa

com surdez, naquela época, era incapaz de se comunicar livremente até mesmo com a sua família, vivendo isolada e, portanto, sozinha.

Pfeifer (2013) acrescenta que a família precisa ser motivadora nesse processo, fazer de tudo para que a criança se torne um adulto feliz e bem resolvido. Por mais que alguns pais se tornem superprotetores, eles precisam entender que preparar a criança para lidar com os possíveis problemas que ela venha a enfrentar é torná-la resiliente, para que, como adulta, possa criar sua independência e autoconfiança.

### 3.6. Crônica “Os Outros” - resumo:

A autora relata que é muito mais simples revelar aos outros sobre a surdez do que tentar esconder aquilo que, de qualquer modo, mais cedo ou mais tarde se revelaria. Ela afirma, também, que muitas pessoas são “ignorantes” em relação à deficiência, pois não sabem como lidar com alguém que apresenta isso. Um exemplo que Paula usa é o fato de que a maioria das pessoas ouvintes começa a gritar, pensando que, deste modo, a pessoa surda irá ouvir.

O grande papel de quem vive este desafio é de mostrar e orientar as pessoas sobre como lidar com quem apresenta deficiência. Para isso, é muito importante estar informado, ter paciência e, principalmente, falar aquilo que a outra pessoa está fazendo e que incomoda. Acredito que, muitas vezes, a pessoa nem sabe o quanto aquilo afeta o outro, ou o quanto está sendo inconveniente. Muitas são as questões e paradigmas que precisam ser “quebrados” em relação ao que a comunidade ouvinte pensa a respeito do sujeito Surdo, e Paula diz para aproveitar essa “falta de informação” para disseminar conhecimento para todos.

Também ela aproveita neste capítulo para dizer que são nestes momentos que percebemos realmente quem são as pessoas em quem podemos confiar e manter por perto, pois, segundo ela, alguns julgam e tentam transformar a deficiência sensorial em uma ausência de caráter, o que é completamente inaceitável e desumano.

### 3.7. Crônica “Aparelhos Auditivos: Aprenda a amá-los!” - resumo:

A autora revela que, no início, mostrou certa resistência ou rejeição aos aparelhos auditivos e cocleares pelo fato do preconceito que vem tanto de quem vê a situação de fora, como da própria pessoa, pois ambas pensam que a pessoa com deficiência auditiva só é capaz de fazer algo ou de ser alguém com a ajuda desse suporte. Diz ela que até o próprio cérebro

rejeita esse aparelho, pois causa um enorme desconforto (porque o som é irritante, o molde machuca e alguns sons podem ser perturbadores), principalmente porque a pessoa não está adaptada a eles.

Paula relata que, com o passar do tempo, foi se adaptando ao uso dos aparelhos auditivos e define-os como “um amor incondicional”, mas diz que, até hoje, ainda sofre quando precisa adaptá-los ou fazer alguma manutenção. Ela explica que muitas pessoas se confundem ou têm uma ideia errônea ao ver alguém com aparelho, pois pensam que a pessoa deve, de imediato, compreender o que lhe foi dito. Porém, como Paula diz, o aparelho amplia o som (amplifica ele), mas isso não quer dizer que o cérebro da pessoa vai conseguir decifrar.

Então, segundo ela, começam a surgir pessoas que pensam ser “capacitadas” ou “formadas em fonoaudiologia”, pois cada pouco procuram fazer testes para ver se a pessoa está ouvindo com o aparelho, tais como: tapar a boca, falar algo e depois perguntar se a pessoa ouviu, por exemplo. Contudo, isso é em vão, pois a pessoa surda acaba se irritando, além de ficar desconfortável por não captar a onda sonora.

Ao final, ela diz que dá dicas para as pessoas que a procuram sobre o tipo de aparelho mais adequado para a perda auditiva da pessoa, mas isso pode variar bastante. Ela diz para procurar sempre por profissionais qualificados, mas esses não devem indicar os aparelhos auditivos em todos os casos, mas geralmente o fazem devido ao grande percentual que ganham sobre o produto. Por isso, é importante informar-se, ir atrás de bons preços e boas marcas, além de verificar com o que a pessoa está concordando durante a compra do produto (pois estes podem precisar ser regulados constantemente), e muitas revendas costumam enganar o cliente durante a compra, então Paula enfatiza sobre os cuidados que quem for adquirir o produto deve ter.

### 3.8. Crônica “*Outras Tecnologias que Podem Ajudar no dia-a-dia*” - resumo:

Nesse capítulo, a autora aponta para as dificuldades com a acessibilidade (direito por lei que foi garantido há pouco tempo para as pessoas portadoras de alguma deficiência, gestantes, etc.). Ela comenta que, por ter entrado em vigor há pouco tempo e passar a ser obrigatória, tem muitos aspectos que ainda não foram bem planejados e que não funcionam no cotidiano.

Paula chama a atenção pelo fato de que “parece uma piada” ainda hoje as pessoas com surdez não conseguem ter contato com uma emergência (bombeiros, policiais, etc.), sendo o único contato por SMS ou *WhatsApp*, e pode levar muito tempo para receber um

retorno. A autora diz que até existem os telefones TDD, que é um dispositivo de comunicação para pessoas surdas, e que seria uma boa opção se eles estivessem disponíveis nos locais de atendimento, porém, é muito raro encontrar algum. Eu, particularmente, nem sabia que existiam, por nunca ter visto um.

A maioria das pessoas com surdez precisa até cometer “crimes” de pedir para alguém se passar por tal, isso tudo para poder ajudar em situações necessárias no cotidiano. Diz ela que se sente envergonhada de ter que ter tal atitude para conseguir solucionar determinadas situações.

Depois, Paula traz alguns relatos de locais que tornam o serviço ao cliente com surdez bem caro. Chama a atenção pelo fato de que a acessibilidade deve ser de graça e é um direito da pessoa portadora de deficiência. Entretanto, sugere para as pessoas que busquem por serviços que façam intermediação telefônica e sugere algumas marcas, dispositivos e aplicativos que também facilitam a vida da pessoa com surdez. A autora também fala que é importante a família se adaptar e ajudar em algumas situações, e usa o exemplo da chave, que é interessante cada pessoa ter a sua para que a pessoa surda não fique dependendo de alguém para abrir a porta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito falar sobre o preconceito contra o sujeito Surdo. Contudo, no decorrer do trabalho, percebeu-se que também há um preconceito dentro da própria comunidade surda. O objetivo inicial era perceber o preconceito da sociedade por meio do livro de Paula Pfeifer, *Crônicas da Surdez*, mas, após a leitura, se constatou também um preconceito entre sujeitos surdos falantes (que usam aparelhos auditivos ou cocleares) e sujeitos surdos que utilizam a LIBRAS como meio de comunicação.

A pesquisa traz diversas análises de crônicas autobiográficas que foram feitas através do livro de Paula e também como problema de pesquisa a forma que a Paula lida com a contradição de ser surda e não falar LIBRAS, visto que a Língua Brasileira de Sinais é muito relevante dentro da comunidade surda e reflete a importância das variadas formas de expressões do sujeito Surdo. O livro em análise narra a experiência surda; este ato, por si só, evidencia a afirmação de uma identidade baseada na diferença, como afirma Tonani (2022). O problema não é o fato de ela narrar sua história e o preconceito, mas quando ela confirma o fato de se sentir diferente, isso demonstra certo preconceito contra ela mesma. O medo de que alguém percebesse ou desconfiasse de sua surdez somente desapareceu após o uso dos aparelhos auditivos/cocleares e no momento que ela conseguiu se comunicar com a comunidade ouvinte, ou seja, quando ela se sentiu pertencente ao grupo da “normatividade”.

É importante pensar na relevância do tema em questão e também é interessante mostrar para a sociedade que existem esses dois modelos, o modelo clínico (defendido e utilizado por Paula) e o modelo socioantropológico (que seria a comunicação por sinais). E que, embora ambos sejam completamente diferentes, não há nada de errado com nenhum deles, mas não se pode ignorar a importância da comunicação por sinais e considerá-la desnecessária (como Paula afirma), popularizando e instigando a todos as cirurgias de implantes cocleares. Voltar a um modelo de “reabilitação”, de certo modo, é desconstruir toda uma identidade e uma cultura que levou anos para conseguir se manifestar, pois nela, segundo Herder, J. G (1987), é onde reside toda a sua esfera de pensamento, sua tradição, história, religião e base da vida; todo o seu coração e sua alma.

Os resultados também mostram que o modelo clínico, além de ir contra essa perspectiva, não é acessível para todos, enquanto que o socioantropológico vai mais de encontro com a realidade de muitos. Isso nos revela que a LIBRAS se faz necessária, sim, e que deveria ser utilizada pela a autora também, já que ela lida diretamente com a comunidade

surda. Foi preciso olhar por esse outro prisma no discurso dela e perceber que a identidade se forma de maneiras diferentes.

A hipótese de que Paula tem certo preconceito com a comunidade surda não pôde ser constatada, pois há muitas falas dela que apontam para tal e que, em vários momentos, constata isso; porém, ela não fala de forma explícita, mas se contradiz em vários momentos: quando menciona sobre a importância da identidade surda, mas se encontra em uma posição de sujeito oralizado, no lugar de fala de alguém ouvinte. Na verdade, pelo fato de sempre ter feito uso de aparelhos auditivos ou cocleares e por não se comunicar pela LIBRAS, que, como já relatado no presente trabalho, acredita-se ser uma característica importante dentro da comunidade surda, além de um traço que marca a cultura dos sujeitos em questão.

Seria interessante dar prosseguimento na pesquisa para descobrir em quais outras esferas também seria possível constatar preconceito contra o sujeito surdo. Ela poderia ser aprofundada por meio de entrevistas com os intérpretes, por exemplo, que lidam diretamente com esta comunidade. Ali, possivelmente, seriam averiguados outros preconceitos.

Combater o preconceito contra quem apresenta uma deficiência auditiva não é uma luta apenas de quem enfrenta isso. Anseia-se por uma sociedade mais humana e inclusiva. Para isso, é fundamental perceber que o preconceito existe de várias maneiras, só que, hoje em dia, de forma mais velada. Desenraizar e combater o preconceito contra o sujeito Surdo (sendo ouvinte ou não) é uma forma de integrar o sujeito Surdo, ou seja, de incluir a pessoa em uma sociedade que, na maioria das vezes, a exclui.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M.S.F. Apresentação dos Anais. In: III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2002, Londrina (PR). CD-ROM do III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2002.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF.
- BUERKLI-HALEVY, O.; CHECKLEY, P.C. Fitting advanced digital hearing instruments to children. In: *International conference on newborn hearing screening, diagnosis and intervention*, n. 2. Como, Anais, 2002.
- CANDIDO, Antonio “A vida ao rés-do-chão”. In: *Para gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003. p. 89-99.
- CÁRNIO, M.S.; COUTO, M.I.V.; LICHYIG, I. Linguagem e surdez. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). *Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe*. São Paulo: Plexus, 2000. p. 42-53.
- COUTINHO, A. Introdução à literatura no Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DIZEU, Eliane. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação Social*, n. 91. Campinas: 2005. pp. 583-597.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.
- FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos. 2 ed. Atual. Curitiba. Ibpex. 2011.
- GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação* 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GÓES, M.C.R. Com quem as crianças dialogam? In: GÓES, M.C.R.; LACERDA, C.B.F. (Org.). *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000. p. 29-50.
- HARRISON, K. M. P. *A surdez na família: uma análise de depoimentos de pais e mães*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Distúrbios da Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- HERDER, J. G. Ensaio sobre a origem da linguagem. Trad. de José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1987.
- HONORA, M. Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KARNOPP, B. L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

- MANTOAN, M. T. E. (Org.). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo, Moderna, 2003.
- MARTINS, M. de L. (2011). *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MOTA, Paula. *Inclusão: O sujeito Surdo na sociedade brasileira. Anais Congresso Internacional de Educação e Inclusão: práticas pedagógicas, direitos humanos e interculturalidade*. Campina Grande: Editora Realize, 2014.
- PFEIFER, Paula. *Crônicas da Surdez: Aparelhos Auditivos*. Rio de Janeiro: Plexus editora, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Novas crônicas da surdez: epifania de um implante coclear*. Rio de Janeiro: Plexus, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Mitos sobre a deficiência auditiva*. *Crônicas da Surdez*, 2021. Disponível em: <<https://cronicasdasurdez.com/10-mitos-sobre-surdez/>>. Acesso em: 21 de ago 2022.
- PINHEIRO, V. P. G.. *Preconceito, moralidade e educação moral para a diversidade*. *Revista Brasileira de Educação*, 16(46) jan./abr. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SANCA, Dimar. *Surdez e preconceito no contexto da normatividade*. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 3, 2019.
- SÁNCHEZ, Carlos M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: Ceprosord. 1990.
- SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos Surdos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988 – tradução Laura Teixeira Motta.
- SANTOS, R. S. *A aquisição da estrutura silábica*. *Letras de Hoje*. n. 112 Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1998. *A aquisição do acento primário no português brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- SCHMITZ, Alice. *Acessibilidade para os alunos Surdos*. *Cadernos PDE*, vol. 2. Unioeste, 2014.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Tradução: Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SKLIAR, Carlos. *Alocalização política da educação bilíngüe para Surdos*. In: SKLIAR, C. (Org.) *Atualidades da educação bilíngüe para Surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto alegre: Mediação, 1999. v.1. p.7-14.
- SKLIAR, Carlos, *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- SOUZA, Lucimara S. *A Literatura contemporânea produzida na internet e no blog: características e marcas de autoria*. *Revista UPF*, vol. 9. p. 371-388. 2013.
- SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de *et al*. *Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura*. *Revista Cefac*. p. 11, maio/jun. 2017.
- SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- STROBEL, Karin. *História da educação de Surdos*. Florianópolis: s.e., 2009.
- TONANI, Paulo Roberto. *“Eu sou surda, tenho a minha voz”, leituras sobre autoria feminina surda*. *Criação & Crítica*, n. 28, p., dez. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

